

**ARQUIVO NACIONAL,  
DEPARTAMENTO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS:  
O CASO GRETA GARBO**

*Arivaldo Sacramento de Souza* (UFBA)  
[arisacramento@gmail.com](mailto:arisacramento@gmail.com)  
*Rosa Borges dos Santos* (UFBA)  
[borgesrosa66@gmail.com](mailto:borgesrosa66@gmail.com)

### ***1. Introdução***

Mais contemporaneamente – dito isso de modo impreciso, sem compromissos com qualquer tentativa de demarcar pontos na longa e cansativa linha do tempo dos estudos históricos –, a partir da segunda metade do século XX, podemos notar publicações que retomam o fazer filológico: ora para filiar-se à erudição filológica; ora para fazer frente à erudição e denunciar os males provocados pela canonização de obras literárias; ora para superar os limites e ocupar hoje o lugar que a filologia teve no passado; ora para resgatar, à maneira de Erich Auerbach, a práxis filológica como *modus faciendi* da crítica humanística na contemporaneidade.

São algumas dessas alternativas, narrativas e resgates que pretendemos investigar. O uso da filologia como *alternativa* (apropriação tecnicista feitas por algumas vertentes da linguística histórica, de que não trataremos aqui)<sup>42</sup> ocorre como escapatória para crises das disciplinas tradicionais; o uso da filologia como *narrativa* (versões construídas pelas disciplinas dissidentes da filologia tradicional) de um passado de certas disciplinas do presente também parece ser bastante “interessado” em legitimar determinados espaços na academia; e o uso como *resgate* para querer recuperar ou a autoridade da erudição, ou a práxis leitora da filologia (como o faz Edward W. Said).

É na abordagem de Dominique Maingueneau, especificamente em *O Discurso Literário*, que podemos contemplar uma narrativa em que a posição da filologia é colocada como um estágio que precisa ser superado para que se instaure a nova perspectiva da análise do discurso. As críticas apontadas por Maingueneau são as mesmas que são utilizadas pelos

---

<sup>42</sup> Moreira (2011) apresenta uma discussão bastante importante acerca das questões que entrelaçam filologia e linguística histórica.

críticos da ciência moderna, a saber: suposta objetividade, crença na separação entre sujeito-objeto, explicação hermenêutica, enfim... todos aqueles compromissos das disciplinas com paradigmas da tradição metafísica. Ele afirma:

[a] bem dizer, a filologia não tinha nenhuma razão para limitar-se ao estudo de vestígios verbais que exigiam um trabalho de “tradução”; na realidade, ela se contentou em ser uma disciplina das “antiguidades”, que abandonava amplamente os textos posteriores à Idade Média. (MAINGUENEAU, 1995)

Essa história construída para a filologia por Maingueneau pode ter sido, sim, uma versão para os destinos filológicos, a partir do século XVIII, mas – precisamos dizer veementemente – é uma versão bastante simplificada e, portanto, comprometida das discussões, quando não contestável<sup>43</sup>.

Primeiro, afirmar que a filologia quis limitar-se aos trabalhos de “tradução” de textos clássicos, isto é, transcrição, tradução e feitura de edições, é não reconhecer que a pesquisa de fonte feita pelos filólogos, através da análise das transmissões textuais, é uma investigação contextualizada historicamente e necessariamente transdisciplinar, envolvendo história, sociologia, antropologia e afins. Não podemos pensar que a filologia só estudava os “vestígios verbais que exigiam trabalho de tradução”, isso porque a tarefa é hercúlea e exige comportamentos diferentes para cada texto encontrado.

Segundo, ela não só se contentou em ser uma disciplina das antiguidades. Dizemos isso, porque a crítica textual moderna, aquela que trabalha com os textos autorais, com as variantes autorais, até hoje tem vigor expressivo na Itália com Contini (1986), Tavani (1988), Spaggiari e Perugi (2004); em Portugal, com Luiz Fagundes Duarte (1995), Ivo Castro (1990); na Espanha, Pérez Priego (1997); na França, com Bernard Cerquilini (1983; 1989) e, no Brasil, somente dando um exemplo da Bahia: Célia Telles (2000; 2003), Rosa Borges Santos [Carvalho], (2002), Elisabeth Baldwin (2005), Alcía Lose (2003). Para dizer dessa vitalidade ainda da filologia com textos contemporâneos, basta citar a potencialidade da Coleção Archivos.

---

<sup>43</sup> Não nos deteremos sobre esta questão. Para observar versões outras sobre a história dos estudos filológicos precisamos consultar Rafael Cano Aguilar (2000, p. 13-30), César Cambraia (2005), Castro (1995), entre outros.

Mainueneau, ainda à página quinze de seu *Discurso Literário*, declara:

No domínio das produções verbais recentes ou contemporâneas, ela [a filologia] ficou sujeita, com efeito, a uma concorrência: “A tendência à autonomização das ciências modernas da cultura (a história, a etnologia, o direito, a geografia, as ciências sociais etc.) contrapunha-se à ambição globalizante dos filólogos” [citando M. Werner (1990)]. Houve por fim uma distribuição das tarefas: a filologia dedicou-se às civilizações perdidas e à literatura; as ciências humanas e sociais, aos textos recentes e sem valor estético. (MAINUENEAU, 1995).

Como dissemos anteriormente, as ciências modernas reivindicaram objetos e métodos que acabaram por se compartimentalizar em disciplinas isoladas, o que gerou boicote à “ambição globalizante dos filólogos”. Com isso, precisamos concordar, embora as conclusões de Werner (1990), trazidas por Mainueneau, sejam tomadas de modo generalizante, quando, em princípio, foram pensadas exclusivamente para o espaço franco-alemão.

É exatamente por isso que Mainueneau chega a conclusões tão redutoras, ou melhor, injustas: “a filologia dedicou-se às civilizações perdidas e à literatura”. A filologia sempre manteve um laço muito íntimo com a linguística histórica, quando ofereceu (e oferece) um aparato para o tratamento de dados que são utilizados pelas diversas correntes linguísticas de *corpora*. Assim, não é verdadeiro o fato de ter havido um divórcio extremado entre a filologia e a linguística, principalmente, a histórica.

Algumas páginas depois, Mainueneau aponta a razão pela qual é preciso pensar “*para além da filologia*”, subtítulo de uma das seções do livro. Para ele, tanto a concepção da *história literária*, cujo objetivo é investigar uma época e a personalidade do autor, sem investigar o próprio texto, quanto a *hermenêutica filológica spitzeirana*, “que parte do texto para alcançar a visão do mundo” do autor e de uma época, não apresentam uma “teoria do texto”.

Esse fato parece, para ele, comprometer *in totum* o fazer filológico. É o que possibilita depreender a organização da primeira parte do livro, pois a filologia é colocada como estágio primeiro das discussões, seguida, respectivamente, por outras abordagens, a saber: “*estruturalismo e nova crítica, a emergência do ‘discurso’, a instituição discursiva*”. Depois de toda essa narrativa, viria, então, estabelecer-se a abordagem inovadora que é esboçada no livro.

É preciso reconhecer os problemas da filologia tradicional, dos usos datados pelo impacto positivista, estruturalista, como aponta Sílvia Elia (1993). Todavia, queremos reconhecer que todas as versões de filologia são captações em diferentes epistemes das relações entre *texto, língua e cultura*. Não queremos afirmar que só à filologia coube tal análise, antes precisamos reconhecer que diversas outras práticas o fizeram. O que ensejamos pôr em discussão é a certeza de que a filologia é uma versão ultrapassada, capítulo degradado da história das ciências modernas.

Muito dos avanços atuais dos campos/projetos de estudos que se autodenominam antidisciplinares estão relendo a tradição ocidental, (re)tecendo, como afirma Derrida (1991), com os mesmos fios do passado um presente que privilegia outros ângulos de leitura. Não seria salutar o comportamento fronteiriço esboçado pela análise do discurso de Mainqueau, pois, como nos aconselha Boaventura de Sousa Santos,

[...] os males d[*a*] parcelização do conhecimento e do reducionismo arbitrário que transporta consigo são hoje reconhecidos, mas as medidas propostas para os corrigir acabam em geral por os reproduzir sob outra forma. Criam-se novas disciplinas para resolver os problemas produzidos pelas antigas e por essa via reproduz-se o mesmo modelo de cientificidade (SANTOS, 2008, p. 75).

Diante disso, assinalamos que substituir a filologia, mesmo que com suas muitas vezes indefinidas versões, por uma tendência disciplinar com enfoques de ponta é, novamente, cair no mesmo problema de que fala, com propriedade, Boaventura Santos. Apostamos aqui numa revisão do estampado tecido filológico. Superando o aspecto que está vinculado ao paradigma científico racional dominante. Mas, nunca no afã de fazer uma trama definitiva, absoluta, mas que esteja sujeita a várias refeituas das relações entre *língua, (con)texto e cultura*.

Para exemplificar bem como críticas à filologia não tem de significar a destruição ou superação dela, retomemos a discussão de Jonathan Culler (1990). Inicialmente, Culler discute a problemática do termo filologia e conclui que ela tem sido utilizada para legitimar determinados textos que seriam “dignos” (para aqueles que se autodenominam filólogos) e outros que não seriam filologicamente interessantes. Essa atitude estabelece um compromisso com o restritíssimo cânone ocidental, que exclui, portanto, outras tradições culturais. Segue, então, relatando que, diante da diversidade de concepções filológicas, quer ligadas à história das línguas, quer aos estudos literários, uma questão mantém-se: “[...] *the notion of philology as basic or foundational a kind of first knowledge*

*that serves as the precondition of any further literacy criticism or historical and interpretative work. [...]*” (CULLER, 1990, p. 50).

Contra esse fundacionalismo é que se coloca Culler, mas não contra a filologia. Trazemos essa questão de modo enfático, porque nos parece exemplar a leitura de Culler, especialmente, ao abordar os pontos-chave para configuração de uma filologia antifundacionalista, cujo principal desafio seria livrar-se do essencialismo no qual a tradicional está imersa.

No nosso entendimento, uma filologia antifundacionalista seria configurada a partir da crítica aos paradigmas cientificistas com os quais o fazer filológico se envolveu a partir dos séculos XVIII e XIX. As questões de “sentido definitivo”, “biografismo literário”, “estabelecimento de texto”, “última vontade do autor/vontade última do autor”, entre outras foram pensadas a partir das demandas de cada momento. Na contemporaneidade, o filólogo será desafiado a colocar-se como um dos sujeitos responsáveis pela construção do sentido dos textos, no momento em que participa, ainda que nos bastidores da criação, das atividades de “mediação editorial” de que nos fala Chartier (2002b).

Tal reposicionamento redundará na denúncia da objetividade da filologia e provocará não o fim dela, mas a aceitação do labor filológico como prática interpretativa, cujos sujeitos e objetos manterão uma relação de limites esmaecidos. Para compreender de modo bastante claro essas tendências mais contemporâneas, podemos citar, por exemplo, o projeto de edição das *Cartas* de Caio Fernando Abreu, elaborada por Ítalo Moriconi (2002). Na introdução às *Cartas*, doadas por diversos amigos de “Caio F.” – como o próprio autor assinava numa paródia divertida de Christiane F. –, lemos a possibilidade de o editor de cartas, filólogo ou não, na contemporaneidade (re)escrever um “romance fragmentado de uma vida”.

Entretanto, não é ponto pacífico entre os filólogos a questão da “anti-foundational philology”. Ivo Castro não aceita as críticas feitas por Culler no que concerne à crítica ao fundacionalismo. Para ele, valendo-se dos estudos de Bernard Cerquilini (1983), o fato de os filólogos assumirem que as edições não são definitivas já seria a prova cabal de que a filologia tradicional não é essencialista.

Por outro lado, a crítica por Ivo Castro a Culler é sintomática, pois aponta para um quadro de grandes transformações epistemológicas no labor do campo filológico. É preciso lembrar com Meillet que “*chaque*

*époque a la grammaire de sa philosophie*”. Para Sílvio Elia, as tendências contemporâneas que estão privilegiando, cada vez mais, as variantes textuais (antigamente compreendidas como “erros, lições”) em detrimento da busca pela unicidade no estabelecimento textual, acabam por apontar a mudança de interesse do produto para o processo.

Outra abordagem que dialoga mais intimamente com a filologia é a história da leitura e da escrita que tem sido desenhada no escopo da história cultural francesa. Quando, em *Os Desafios da Escrita*, Roger Chartier trata das questões de “mediação editorial”, isto é, dos diferentes processos através dos quais sujeitos (copistas, tipógrafos, editores, tradutores, impressores, vendedores, leitores) se constituem como figuras representativas na confecção dos sentidos dos textos, ele sublinha um dos *modus operandi* para uma história da leitura/leitor, mas também da escrita. À filologia de hoje, pois, deve interessar esses aspectos para o estudo do processo de criação e transmissão do texto.

É por isso que Chartier confessa a necessidade de resgate de áreas quase extintas. A discussão parte do fato de:

[...] o mesmo texto, fixado em letras, não [ser] o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação. Nasce daí a importância reconquistada pelas disciplinas que têm como finalidade justamente a descrição rigorosa dos objetos escritos e impressos que carregam os textos: paleografia, codicologia e bibliografia [crítica textual]. [...] (CHARTIER, 2002, p. 62)

Vislumbramos, assim, uma filologia cujo desenvolvimento contemporâneo está mais relacionado à investigação das individualidades históricas de cada texto, com as trajetórias de transmissões textuais, bem como dos itinerários percorridos nos bastidores da criação, como é o interesse da crítica genética.

É tocando precisamente nesse aspecto minucioso do trabalho filológico que Edward Said defende um *regresso à filologia*, em *Humanismo e crítica democrática* (2007). As razões que justificariam tal empresa seriam, numa paráfrase redutora, as leituras contextualizadas e o exemplo elogioso de Erich Auerbach, especialmente, na escrita de *Mimesis*. Para Said, que não compartilha da interpretação de Mainueneau no que concerne aos limites imprecisos da filologia,

[...] uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica adentrar no processo da linguagem em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que posamos ter diante de nós. [...]. (SAID, 2007)

Não acreditamos que haja fundacionalismo, sequer essencialismo, na concepção filológica de Said. Não seria sério ler a passagem “revelar o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto” como se todo texto tivesse uma verdade hermenêutica que seria desvelada pela filologia, isto é, uma análise apriorística que serviria de base a qualquer outro estudo. O que nos dá fôlego para justificar tal questão é a palavra “leitura”.

Lemos a concepção de Edward Said sobre filologia como um conjunto de ações cujo objetivo seria compreender os textos a partir dos respectivos con(textos) que enunciaram os (con)textos; como uma leitura ativa que possibilitaria revisar leituras ortodoxas, academicamente instituídas, através de pesquisas nos bastidores da criação, transmissão e circulação de textos canônicos; como uma leitura ativa capaz de desconstruir cânones e veicular textos/autores que foram silenciados, inclusive, pelo mercado editorial.

Desse modo, para Said, o retorno à filologia como prática humanística contemporânea é uma tentativa de revisão entre a tradição ocidental – etnocêntrica – e as novas possibilidades de crítica humanística, possibilitadas pelas rasuras dos movimentos feministas, negros, latino-americanos, asiáticos e de outras tradições culturais não ocidentais que não estavam previstos pela versão eurocêntrica do humanismo.

Portanto, ao contrário do filólogo erudito, do *universalia*, caricaturado por algumas das vertentes emergentes dos estudos linguísticos ou literários, o filólogo enquanto intelectual passa ter uma dupla função entre teoria e prática social. A atividade filológica, assim como foi usada para legitimar uma versão etnocêntrica, pode, de outro lado, problematizar e fazer emergir, através da mediação editorial, outras tradições desprivilegiadas. Um exemplo disso são os vários projetos de edição de textos de autores renegados pelo cânone. Ou ainda, a leitura filológica das tragédias gregas que possibilitou a Nietzsche uma seriíssima crítica ao projeto da filosofia ocidental.

Queremos, portanto, afinar nosso discurso ao daqueles que veem ação política nas revisões da tradição etnocêntrica ocidental que, no nosso escopo de atuação, são enunciadas a partir da crítica filológica. Isso para que sejamos capazes de produzir “conhecimento prudente para uma vida descente” (SANTOS, 2008) que suplemente as conclusões da ciência moderna e convide outras tradições culturais a estamparem representações no tecido da crítica humanística ocidental.

## 2. O caso greta garbo

*Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá* (doravante *Greta Garbo*) foi um texto dramático de grande repercussão nacional produzido numa época bastante conturbada em que as artes brasileiras passaram por ostensiva vigilância dos governos militares. Essa ditadura no Brasil centralizou, contundentemente, o poder no Estado de tal modo que construiu uma censura severa para os diversos campos da comunicação e das artes. Todo discurso produzido pelos jornais, revistas, programas de televisão, de rádio, teatro e cinema tinha de passar, antes, pela *Divisão de Censura de Diversões Públicas* (DCDP), onde técnicos de censura exaravam pareceres de liberação ou veto com base numa legislação (Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970) que operava com princípios etnocêntricos de civilidade, ética, moral e religiosidade cristã.

*Greta Garbo* não escapou ileso de todo esse processo, principalmente, porque nela lemos um romance entre Pedro, ou melhor, “Greta Garbo dos pobres”, enfermeiro homossexual de quarenta e poucos anos, e Renato, jovem do interior que vem em busca do sonho de ser médico na cidade grande: uma relação homoafetiva. Essa peça recebeu várias montagens e percorreu o Brasil quase todo, fato que gerou diversos processos de submissão ao Serviço de Censura e um dossiê de mais de seiscentas páginas.

Conforme afirma Henrique Oscar, professor do autor na Escola de Teatro FEFIEG, em uma *Introdução a Fernando Melo e a Greta Garbo* (1974, p. 43),

[a]os 29 anos [Fernando Melo] apresenta já uma bagagem de peças respeitável, mais de meia dúzia, todas representadas à exceção talvez de uma das melhores, premiada mas interdita pela censura, talvez um pouco desiguais nas suas qualidades, mas todas revelando um inequívoco talento para escrever, conhecimentos sólidos de técnicas, independentemente do que dele haja mesmo nelas, consciência do que está fazendo, dos efeitos que deseja alcançar e saber como fazê-lo. Se antes de *Greta Garbo, quem Diria, Acabou no Irajá*, Fernando não tinha explodido no panorama da dramaturgia jovem nacional é porque uma série de circunstância o impediu.

Embora tenha sido um dramaturgo em pleno vigor na década de 1970, há pouquíssimos trabalhos sobre sua dramaturgia, o que permite concluir de um considerável descaso com a memória do teatro brasileiro, ainda mais quando se trata de temas marginalizados como a homossexualidade na cena urbana carioca.



Na já referida revista da *Sociedade Brasileira de Autores Teatrais*, a de número 400, encontra-se a publicação do texto “original” de *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*, além das informações da estréia da peça (tanto no Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1973, no Teatro Santa Rosa; quanto em São Paulo, em 19 de março de 1974, no Teatro Itália), fica-se sabendo da direção e do elenco.

Para cada nova montagem dessa, fazia-se necessária a submissão à censura prévia, o que gerava bastante insatisfação entre os atores envolvidos no processo naquele momento, porque, muitas vezes, isso implicava na frustração de um longo projeto artístico. Felizmente, esse não é o caso de *Greta Garbo*. Em consulta ao Arquivo Nacional, na busca pelos pareceres da censura sobre o referido texto, soube-se que havia um fundo para a Divisão de Censura de Diversões Públicas, no qual constavam 645 páginas de diferentes tipos documentais relacionados exclusivamente a Greta Garbo: pareceres, fichas de acompanhamento, autorização para representação da SBAT, *scripts* (testemunhos mimeografados a álcool, à óleo, impressos), relatórios de ensaio geral, certificados de censura, protocolos de acompanhamento, radiogramas, enfim. Tudo isso prova, a despeito dos diversos pareceres negativos, o sucesso do texto por tratar de uma temática até certo ponto polêmica para a época.

Dos testemunhos de *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá* que se encontram no dossiê do Arquivo Nacional, seleciona-se, para este fim, apenas o

- a) *Script X: script* submetido pela *Pichin Plá Produções* ao Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP):
- b) *Script Y: script* publicado pela Revista de Teatro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais em 1974:
- c) *Script Z: script* datiloscrito coletado do arquivo do Espaço Xisto Bahia.

Em geral, cada um dos testemunhos guarda características bastante próximas do enredo. Entretanto, como vai ser observado na próxima seção, os três testemunhos divergem quanto à disposição do texto no suporte, ao tipo de inscrição material (datiloscrito, impresso, mimeografado) e às indicações das rubricas.

### 3. *Confronto sinóptico*

Antes de apresentar a transcrição sinóptica de parte dos *scripts*, é importante caracterizar, ainda que de maneira superficial, os testemunhos, a saber:

- a) *Script X*: datiloscrito, xerocado, com 51 folhas, em papel ofício, advindo do Arquivo Nacional. O texto está dividido em dois atos e, embora esteja datado de “23/25 de julho de 1970”, foi submetido pela *Pichin Plá Produções* ao Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP) em 1971 para a montagem Rio de Janeiro, no Teatro Santa Rosa e, depois, no Teatro da Maison de France;
- b) *Script Y*: publicado pela revista da SBAT, o texto é impresso na íntegra e dispõe-se, em duas colunas (cf. Figura XX), entre as páginas 44 e 68. Há cortes recomendados pela censura ao longo do texto. Além disso, a edição de número 400 da revista é acompanhada por uma apresentação de Henrique Oscar e de várias fotos de sujeitos envolvidos com a estreia carioca de *Greta Garbo*: de Fernando Melo, Nestor Montemar e Mário Gomes.
- c) *Script Z*: texto datiloscrito, com 33 folhas, mimeografado a álcool submetido à censura por Carlos Ruy Santos Ribeiro para uma montagem na Bahia. Nele também há cortes que demonstram a atuação dos técnicos de censura. Vale a ressalva de que este texto foi coletado do arquivo do Espaço Xisto Bahia.

Para fins efetivos de justaposição dos testemunhos, priorizou-se apenas a cena final de cada um deles, a que Renato, depois da briga de Pedro/Greta Garbo com Mary (a amante do “jovem guapo mancebo”), vai embora para o interior. Os critérios utilizados na transcrição conservadora foram:

- a) manutenção da grafia das palavras e da pontuação;
- b) marcação da translineação com a barra vertical: |;
- c) indicação dos cortes censurados pela moldura em vermelho;
- d) transcrição sobrescrita das marcações de corte na entrelinha superior ao texto;
- e) transcrição subscrita das marcações de corte na entrelinha inferior ao texto;
- f) sinalização das intervenções de leitura com colchetes [ ];

g) indicação de supressão com [...].

SCRIPT X	SCRIPT Y	SCRIPT Z
<p>[...]</p> <p>PEDR – Merda de vida. Vou voltar à badalação; </p> <p>RENATO – Ouvi falar que eles vão instalar uns postes cor-de-rosa, especiais prá bonecas. </p> <p>PEDRO – Não debocha! </p> <p>RENATO – Olha, conheço um mundão de gente lá em Campos louco prá ter  um lugar prá morar no Rio. Eu dou o teu endereço. </p> <p>PEDRO – A capital do Estado do Rio é Niterói, não é a minha casa. </p> <p>RENATO – Bom, eu vou dar nos calos. (T) o meu sotaque ta em for ma? O pessoal lá em campos adora o sotaque carioca. </p> <p>PEDRO – O teu sotaque tá ótimo. </p> <p>RENATO – Que cara de funeral, rapaz. </p> <p>PEDRO – Eu tava pensando em Greta Garbo. Será que ela foi tão desgra- cada quanto eu? </p> <p>FIM.</p> <p>Rio, 23/25 de julho de 1.970</p>	<p>[...]</p> <p>[Primeira Coluna]</p> <p>PEDRO – Merda de vida<sup>Corte</sup>. Volto à bada- ção. </p> <p>RENATO – Ouvi falar que eles vão ins- talar uns postes cor-de-rosa, especiais prá bonecas. </p> <p>PEDRO – Não debocha. </p> <p>RENATO – Olha conheço um mundão de  gente lá em Campos louco prá ter um lugar  prá morar no Rio. Dou o teu endereço. </p> <p>PEDRO – A capital do Estado do Rio [é] [Segunda Coluna] Niterói, não é a minha casa. </p> <p>RENATO – O meu sotaque carioca está  bom? O pessoal lá em Campos se amarra no  sotaque carioca. </p> <p>PEDRO – O teu sotaque está ótimo. </p> <p>RENATO – Que cara de funeral, rapaz. </p> <p>PEDRO – Eu tava querendo saber se  Greta Garbo foi tão desgraçada quanto eu.  Só isso. (Renato e Pedro estão próximos. Se  beijam<sup>corte</sup>. Renato sai. Pedro chora). </p> <p>F I M</p>	<p>[...]</p> <p>PEDRO – Merda de vida. Volto à badalação. </p> <p>RENATO – Ouvi falar que eles vão instalar uns postes cor-de-rosa,  especiais prá bonecas. </p> <p>PEDRO – Não debocha. </p> <p>RENATO – Olha conheço um mundão de gente lá em Campos louco prá ter  um lugar prá morar no Rio. Dou o teu endereço. </p> <p>PEDRO – A capital do Estado do Rio é Niterói, não é a minha casa. </p> <p>RENATO – O meu sotaque carioca está bom? O pessoal lá em Campos se  amarra no sotaque carioca. </p> <p>PEDRO – O teu sotaque está ótimo. </p> <p>RENATO – Que cara de funeral, rapaz. </p> <p>PEDRO – Eu tava querendo saber se Greta Garbo foi tão desgraçada quanto eu. Só isso. (Renato e Pedro estão próximos. Se beijam. Renato  sai. Pedro Chora) </p> <p>F I M</p>

O cotejo dos *scripts* corrobora a assertiva de que o texto não pode ser compreendido como um encerramento de sentidos materializado sobre um suporte. Ao contrário, cada tentativa de inscrever um texto numa matéria decorre de necessidades sócio-históricas de consagrar e preservar diversas faces textuais. Por conta disso, é acertado pensar que tais sentidos não estão estagnados nas letras dispostas sobre a página, nem na

“abstração”, quer dizer, na desmaterialização dos textos (CHARTIER, 2002); mas sim nas redes que os entrelaçam e agenciam os sentidos.

Os *scripts* de Greta Garbo recebem intervenções de todas as ordens: dos atores, dramaturgos, censores, arquivistas, enfim. Todos aqueles que mantiveram algum vínculo com a produção, circulação e a transmissão do texto. Na passagem posta em confronto sinóptico podem ser observadas intervenções dos técnicos de censura e, especialmente no caso da comparação entre o *Script X* com o Y e o Z, verifica-se a inclusão da rubrica, em que as personagens Pedro e Renato se beijam. Esses elementos são comprobatórios de uma deriva textual, cujas direções não são previstas, nem plenamente asseguradas.

No que concerne aos cortes, precisa-se ter consciência de que ele é, mais do que um rabisco sobre o papel, uma inscrição de uma presença cujo controle segue respaldado por uma autoridade. Desse modo, circular de vermelho e carimbar um dado trecho do qual se exige a supressão é um ato de reescrita sobre o texto.

Nas palavras de Compagnon (1996, p. 17),

[...] o grifo [...] é um gesto recorrente que marca, que sobrecarrega o texto com of[...] traço. Introduzo-me entre as linhas munido de uma cunha, de um pé de cabra ou de um estilete que produz rachaduras na página; dilacero as fibra do papel, mancho e degrado um objeto: faço-o meu.

Dessa maneira, o grifo em “merda” (*script X*), “merda de vida” (*script Y*) e “merda de vida” (*script Z*) são demonstrações de um gesto de apropriação, um ritual de posse e de controle não só pelo silenciamento abrupto, mas também por meio da vigília das formas de enunciação das questões relativas à sexualidade. Isso é o que justifica a aparente contradição da política de censura durante a Ditadura Militar. À primeira vista, não se pode considerar que houve uma repressão causticante à peça *Greta Garbo*, haja vista o sucesso das montagens; mas, numa leitura mais apurada do dossiê da peça, observa-se um longo processo de negociação e patrulhamento das formas de dizer (FOUCAULT, 1979).

Portanto, mais que uma filologia responsável pelo exame hermenêutico legitimador da verdade original, esperamos que a nossa abordagem traga à baila aspectos-chave dos discursos produzidos e, muitas vezes ocultados, na conjuntura da tradição textual de *Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá*. Por isso, claramente, nos filiamos à vertente que visa compreender as descontinuidades dos processos históricos que constituem os tecidos textuais, ou seja, procuramos investigar antes a fertili-

dade das tradições textuais que higienizar as “intervenções ignóbeis” assoladoras do texto verdadeiro.

Assim, consideramos que a pluralidade de testemunhos (diferenciados a partir de seus “erros, lições, variantes”) deve ser constitutiva de qualquer ato interpretativo do texto. Afinal, os “diversos erros” da transmissão nada mais são que a materialização das diferentes formas de ler o texto; portanto são formas dissidentes de leitura, fruto do processo de recepção (MOREIRA, 2011). Aos adeptos dessa filologia, interessa pensar uma espécie de epistemologia dos atos enunciativos de produções textuais advindas da leitura de um dado texto histórico.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDWIN, Elizabeth. *Rascunhos de Jorge Amado e as escritas de "A festa"*: edição genética de um episódio de "O Sumiço da Santa": uma história de feitiçaria. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. *Estudios lingüísticos sobre la relación entre oralidad y escritura*. Barcelona: Gedisa, 1998.

[CARVALHO], Rosa Borges Santos. *Poemas do Mar de Arthur de Salles*: edição crítico-genética e estudo. 2002, 2 v. 901 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CASTRO, Ivo. O retorno à filologia. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 511-520.

CERQUILINI, Bernard. *Eloge de la variante*: Langages: manuscrits-écriture production linguistique. Paris: Larousse, n. 69, p. 23-36, mar. 1983.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad.: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009b.

\_\_\_\_\_. *Os desafios da escrita*. Trad.: Fulvia I. M. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002a.

CONTINI, Gianfranco. *Breviario di ecdotica*. Milano; Napoli: Riccardo Ricciardi, 1986.

CULLER, Jonathan. Anti-foundational philology. In: ZIOLKOWSKI, Jan. (Ed.) *On Philology*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1990.

DE MAN, Paul. *A resistência à teoria*. Trad.: Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 43.

DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. Trad.: Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

DUARTE, Luís Fagundes. *A maldição do manuscrito autógrafo*. Lisboa: [s.n.], 1995.

ELIA, Sílvio. A crítica textual em seu contexto sócio-histórico. In: ENCONTRO DE ECDÓTICA E CRÍTICA GENÉTICA, 3; *Anais...* João Pessoa: UFPB/ AP-ML / FECPB / FCJA, 1993, p. 57-64.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Trad.: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: \_\_\_\_\_. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Trad.: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 262-263.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche, Freud e Marx: theatrum philosophicum*. Trad.: Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípios, 1997.

GUTIÉRREZ CALDERÓN, Joaquín. *La filología helenística*. Disponível em: <[http://www.gobiernodecanarias.org/educacion/3/usrn/fundoro/archivos%20adjuntos/publicaciones/actas/actas\\_6\\_7\\_pdf/Act.VI-VII\\_C017\\_txi\\_w.pdf](http://www.gobiernodecanarias.org/educacion/3/usrn/fundoro/archivos%20adjuntos/publicaciones/actas/actas_6_7_pdf/Act.VI-VII_C017_txi_w.pdf)>. Acesso em: 10-04-2011.

LLUCH, Monica Castillo. Sobre el concepto de manuscrito original en la teoría filológica. In: ARRUE, Michèle; THIBAUDEAU, Pascale. (Ed.). *L'original, Pandora*, n. 3, 2003, p. 11-20.

LOSE, Alícia. *Arthur de Salles: esboços e rascunhos*, 2003. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Trad.: Marina Appenzeller e Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and sociology of texts*. Londres: Panizzi Lecture, 1985.

MOREIRA, Marcello. *Critica textualis in caelum revocata?: uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: EDUSP, 2011.

NASCIMENTO, Evandro. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PÉREZ VILATELA, Luciano. Los υοοτοι en Iberia, según la escuela de Pérغامo. *Cuadernos de Filología Clásica* (Estudios griegos e indoeuropeos), n. 5, 1995, Madrid, Servicio de Publicaciones, 1995, p. 321-344. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/fil/11319070/articulos/CFCG9595110321A.PDF>>. Acesso em: 10-04-2010.

PFEIFFER, Rudolf. *Historia de la filología clásica: desde los comienzos hasta el final de la época helenística*. Trad.: Justo Vicuña e María Rosa Lafuente. Madrid: Gredos, 1981.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *A lição do texto: filologia e literatura*, Idade Média. Trad.: Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, 1979.

ROUANET, Sérgio Paulo. A crise dos universais. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SANTIAGO, Silviano (Org.). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Eneida Maria. A teoria em crise. In: \_\_\_\_\_. *Crítica cult*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 73.

\_\_\_\_\_. Crítica genética e crítica biográfica. *Patrimônio e Memória*, v. 4, n. 2, jun.2009, p. 4.

TAVANI, Giuseppe. Teoría y metodología de la edición crítica de textos literarios contemporáneos. In: \_\_\_\_\_. *Littérature latino-américaine et des caraïbes du XX siècle: théorie et pratique de l'édition critique*. Roma: Bulzoni, 1988, p. 65-84.

TELLES, Célia Marques. Mudanças linguísticas e crítica textual. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 25/26, p. 91-119, jan.-dez./2000.

WERNER, M. À propos de la notion de philologie moderne: problèmes définitives dans l'espace franco-allemand. In: WERNER, M.; ESPAGNES, M. *Philologies* (Org.). Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1990.

ZUMTHOR, Paul. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Éditions Seuil, 1972.